

---

# A Crise Planetária em Aceleração: Clima, Água, Saúde e o Custo da Inação Global

The Accelerating Planetary Crisis: Climate, Water, Health, and the Cost of  
Global Inaction

*Danielly de Paiva Magalhães & Guto Galvão*

**Resumo:** O início de 2026 é marcado por uma intensificação sem precedentes das crises ambientais globais, caracterizadas pela interconexão entre mudanças climáticas, perda de biodiversidade, degradação dos ecossistemas e poluição generalizada. Este informe analisa como essa “crise planetária tripla” vem produzindo impactos diretos sobre a saúde pública, a segurança hídrica, e a estabilidade econômica, à luz de cinco relatórios internacionais recentes: o *Global Environment Outlook 7 (GEO-7)*, o relatório da ONU sobre a Falência Global da água, o relatório *UN-Water GLAAS 2025*, o *Adaptation Gap Report 2025* do PNUMA, o *Climate and Catastrophe Insights* da Aon.

Os achados evidenciam que os motores estruturais da degradação ambiental — como modelos de consumo intensivo de recursos, dependência de combustíveis fósseis, expansão agrícola insustentável e governança fragmentada — continuam a impulsionar pressões ambientais em escala global. Como resultado, observa-se a deterioração acelerada da atmosfera, dos solos, dos oceanos e dos sistemas de água doce, com efeitos em cascata sobre doenças relacionadas ao clima, insegurança alimentar, deslocamentos populacionais e desigualdades sociais.

Apesar de avanços no planejamento climático, o déficit de financiamento para adaptação permanece crítico, com necessidades até 14 vezes superiores aos recursos atualmente disponíveis. A saúde, embora altamente vulnerável aos impactos climáticos, recebe uma fração mínima desses investimentos. Paralelamente, os dados de perdas econômicas por desastres revelam custos anuais massivos decorrentes da falta de resiliência, superando amplamente os valores necessários para prevenção e adaptação.

É destacado ainda uma crise estrutural nos sistemas de água e saneamento, marcada por subfinanciamento crônico, fragilidades institucionais e crescente pressão climática, ampliando riscos de doenças hídricas e colapso de serviços essenciais. Em conjunto, as evidências demonstram que a inação ambiental não representa economia, mas sim um custo humano, sanitário e econômico crescente. O informe conclui que transformações sistêmicas urgentes — integrando financiamento, governança, saúde e sustentabilidade — são fundamentais para evitar o aprofundamento de crises globais nas próximas décadas.

**Abstract:** *The beginning of 2026 is marked by an unprecedented intensification of global environmental crises, driven by the interconnected dynamics of climate change, biodiversity loss, ecosystem degradation, and widespread pollution. This report examines how this “triple planetary*

*crisis” is generating direct impacts on public health, water security, food systems, and economic stability, drawing on evidence from five major international assessments: the Global Environment Outlook 7 (GEO-7), The UN Global water bankrupt, the UN-Water GLAAS 2025 Report, tUNEP’s Adaptation Gap Report 2025, and Aon’s Climate and Catastrophe Insights.*

*The findings reveal that structural drivers of environmental degradation — including resource-intensive consumption patterns, continued reliance on fossil fuels, unsustainable agricultural expansion, and fragmented governance — remain deeply embedded in global development models. These forces are accelerating the deterioration of the atmosphere, soils, oceans, and freshwater systems, triggering cascading effects such as climate-sensitive diseases, food insecurity, population displacement, and widening social inequalities.*

*While climate planning has expanded globally, the adaptation financing gap remains severe, with current resources falling up to fourteen times short of estimated needs. Despite being among the most climate-vulnerable sectors, health systems receive only a minimal share of adaptation funding. At the same time, disaster loss data illustrate the enormous economic costs of insufficient resilience, with annual damages already approaching or exceeding the investments required for effective adaptation.*

*The report further highlights a structural crisis in water and sanitation systems, characterized by chronic underinvestment, institutional weaknesses, and escalating climate pressures. These shortcomings significantly increase risks of waterborne diseases, child mortality, and failures in essential public health services.*

*Taken together, the evidence demonstrates that environmental inaction does not represent economic savings, but rather fuels rising human, health, and financial costs worldwide. The report concludes that urgent systemic transformations — integrating climate finance, governance reform, resilient health systems, and sustainable resource management — are essential to prevent the deepening of global crises in the coming decades.*

## Introdução

Este informe tem como objetivo analisar o cenário político, econômico e de saúde pública global à luz das crescentes crises ambientais. O ano de 2026 inicia-se marcado por eventos climáticos extremos em diversas regiões do mundo, após uma sequência de recordes históricos de temperatura nos anos anteriores. A chamada crise planetária tripla — composta pelas mudanças climáticas, pela perda acelerada da biodiversidade e da natureza, e pela poluição — vem produzindo transformações ambientais sem precedentes, com impactos diretos sobre a economia, os sistemas de saúde e o bem-estar das populações.

Embora múltiplos tratados multilaterais e compromissos internacionais tenham sido estabelecidos para mitigar os efeitos adversos das atividades humanas sobre o planeta, persiste um profundo descompasso entre a ambição política declarada, a implementação efetiva das ações e, sobretudo, o volume de financiamento necessário para viabilizá-las. Ainda predomina, em muitos contextos, a falsa dicotomia entre crescimento econômico e proteção ambiental, como se a prosperidade pudesse ser sustentada à custa da degradação dos ecossistemas e do comprometimento da saúde humana.

Este informe de abertura do ano busca apresentar um panorama atualizado sobre o estado do meio ambiente global e evidenciar como a insuficiência de respostas estruturais já se traduz em impactos concretos para as sociedades. Para isso, serão analisados os principais achados

de quatro relatórios internacionais recentes: o *Global Environment Outlook 7 (GEO-7)*, que oferece uma avaliação abrangente das crises ambientais interconectadas e dos caminhos de transformação sistêmica; o relatório da ONU sobre a Falência Global da água, o relatório *UN-Water GLAAS 2025*, que avalia a disponibilidade, o estado da governança, financiamento e capacidade institucional dos sistemas de água e saneamento; o *Adaptation Gap Report 2025 – Running on Empty*, que examina o crescente déficit financeiro para a adaptação climática; o relatório *Aon Climate and Catastrophe Insights*, que documenta a intensificação e os custos econômicos de desastres climáticos extremos. Publicados entre o final de 2025 e o início de 2026, esses relatórios reúnem evidências científicas atualizadas que demonstram de forma inequívoca a gravidade da degradação ambiental em curso e os impactos crescentes das ações humanas sobre a saúde do planeta e das populações.

## 1. Relatório sobre a Perspectiva Global do Meio Ambiente 7 (GEO-7)

O [Global Environment Outlook 7 \(GEO-7\)](#) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é publicado a cada quatro anos e constitui a mais abrangente avaliação integrada do estado do planeta, analisando pressões ambientais, impactos socioeconômicos e trajetórias futuras possíveis diante das atuais tendências de desenvolvimento. O relatório reconhece que a humanidade enfrenta uma crise ambiental interconectada, composta por mudança do clima, perda de biodiversidade, degradação dos solos e poluição generalizada, todas impulsionadas por sistemas humanos de produção, consumo e governança insustentáveis

Diferentemente de avaliações anteriores, o GEO-7 adota uma abordagem orientada a soluções sistêmicas, enfatizando a necessidade de transformações estruturais nos sistemas econômicos, energéticos, alimentares, de materiais e de gestão ambiental, de modo alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos acordos ambientais multilaterais.

### 1.1. Motores Estruturais da Crise Ambiental Global

No GEO-7, a degradação ambiental é apresentada como o resultado de um conjunto de forças estruturais que operam de forma integrada nos sistemas humanos, e não como consequência de fatores isolados. O relatório utiliza uma ampliação do modelo DPSIR (drivers, pressões, estado, impactos e respostas) para demonstrar que os atuais padrões de desenvolvimento econômico, crescimento populacional, urbanização, produção de energia, agricultura e governança constituem os principais motores das crises ambientais globais. Esses vetores atuam de forma simultânea, reforçando-se mutuamente e gerando pressões cada vez mais intensas sobre os sistemas naturais, o que explica por que mudanças pontuais ou políticas setoriais têm se mostrado insuficientes para conter a degradação ambiental em escala planetária.

#### 1.1.1. Crescimento populacional, urbanização e consumo

O crescimento populacional global, que ultrapassou oito bilhões de pessoas, combinado com

a urbanização acelerada, tem ampliado significativamente a demanda por energia, alimentos, água, habitação e infraestrutura. O GEO-7 mostra que esse processo leva à expansão territorial das cidades, à conversão de áreas naturais em zonas urbanas e agrícolas, ao aumento do consumo de recursos e à intensificação da poluição atmosférica e hídrica. Em muitas regiões, a urbanização ocorre de forma desordenada, aumentando a exposição de populações vulneráveis a riscos climáticos, escassez de serviços básicos e degradação ambiental, o que cria ciclos de vulnerabilidade social e ecológica cada vez mais difíceis de romper.

Paralelamente, o relatório evidencia que o modelo econômico dominante continua baseado na extração intensiva de recursos naturais. A produção global depende fortemente da exploração de minerais, florestas, solos agrícolas e combustíveis fósseis, com volumes de extração crescendo mais rapidamente do que a própria população mundial. Esse padrão linear de “extrair, produzir, consumir e descartar” resulta em perda de habitats, contaminação de solos e águas, emissões crescentes de gases de efeito estufa e redução da resiliência dos ecossistemas. O GEO-7 enfatiza que esse modelo de crescimento econômico, embora tenha gerado ganhos materiais, é estruturalmente incompatível com os limites planetários e com a manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais à vida humana.

O aumento do consumo material, especialmente nos países de alta renda, aparece como outro vetor central da crise ambiental. O relatório demonstra que as economias mais ricas apresentam níveis desproporcionais de consumo de energia, alimentos, carne, bens industriais e matérias-primas, o que se traduz em pegadas ecológicas muito superiores à média global. Mesmo quando há avanços tecnológicos que aumentam a eficiência produtiva, esses ganhos são frequentemente anulados pelo crescimento contínuo do volume total de consumo, fenômeno conhecido como efeito rebote. Assim, o GEO-7 deixa claro que a crise ambiental não é apenas um problema de como se produz, mas também de quanto se consome e por quem.

### 1.1.2. Energia

A dependência persistente de combustíveis fósseis é identificada como um dos principais motores da crise climática e da poluição atmosférica. Apesar da expansão das energias renováveis, o carvão, o petróleo e o gás natural continuam dominando a matriz energética global, sustentados por investimentos contínuos em infraestrutura fóssil. Esse sistema energético é responsável pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa e por uma parcela significativa da poluição do ar que afeta diretamente a saúde humana. O GEO-7 destaca que, sem uma transformação rápida e profunda do setor energético, as metas climáticas internacionais permanecem fora de alcance<sup>1</sup>.

### 1.1.3. Expansão agrícola e desperdício de alimento

1. No ano passado, a balança comercial brasileira ficou mais dependente do petróleo e seus derivados, atingindo valor recorde equivalente a 43,3% do saldo positivo total do país. O aumento nesse grupo tem sido puxado pela exportação do petróleo bruto ([Valor econômico](#)).

A expansão agrícola sobre ecossistemas naturais constitui outro eixo central de pressão ambiental. Para atender à crescente demanda por alimentos, rações e biocombustíveis, vastas áreas de florestas, savanas e zonas úmidas continuam sendo convertidas em terras agrícolas e pastagens. O relatório mostra que esse processo está entre os principais responsáveis pela perda de biodiversidade global, pela degradação dos solos e pela alteração dos ciclos hidrológicos. Além disso, o uso intensivo de fertilizantes e pesticidas contribui para a poluição da água e do solo, afetando ecossistemas aquáticos e a saúde humana. O GEO-7 ressalta que, no modelo atual, a segurança alimentar tem sido alcançada à custa da estabilidade ecológica de longo prazo.

O desperdício de alimento também é apontado como um desafio, entre 30% e 40% de toda a produção agrícola global é perdida ou desperdiçada ao longo da cadeia alimentar, o que representa mais de US\$ 1 trilhão em alimentos por ano, além de enormes impactos ambientais associados ao uso inútil de solo, água, energia, fertilizantes e emissões de gases de efeito estufa. O GEO-7 explica que essas perdas ocorrem em todas as etapas do sistema alimentar: No pós-colheita e armazenamento (especialmente em países de baixa renda), durante processamento e transporte, no varejo, serviços de alimentação e domicílios (principalmente em países de alta renda). Somente o desperdício no nível do consumo final responde por cerca de 19% de todos os alimentos disponíveis globalmente. O relatório destaca que o desperdício de alimentos não é apenas um problema ético ou econômico, mas um fator direto de degradação ambiental, pois amplia o desmatamento e a conversão de terras agrícolas desnecessariamente; intensifica o uso de água doce em regiões já sob estresse hídrico, aumenta emissões de metano e CO<sub>2</sub> associadas à produção e decomposição dos alimentos, contribui para poluição por fertilizantes e resíduos orgânicos. Em outras palavras, grande parte da pressão ambiental sobre florestas, solos, rios e clima está vinculada à produção de alimentos que nunca serão consumidos.

Diante desse cenário, o relatório classifica a redução das perdas e do desperdício de alimentos como um dos principais “caminhos de solução” para a transformação dos sistemas alimentares. Entre as estratégias destacadas estão melhorias em armazenamento e logística, mudanças comportamentais de consumo, políticas públicas para redução de desperdício no varejo, embalagens inteligentes, reaproveitamento de resíduos orgânicos e integração com práticas de economia circular.

#### 1.1.4. Governança

Por fim, o relatório aponta que a governança ambiental global permanece fragmentada e insuficiente frente à natureza sistêmica das crises ambientais. Embora existam numerosos tratados multilaterais voltados para clima, biodiversidade, poluição e recursos hídricos, esses instrumentos operam majoritariamente de forma setorial, com coordenação limitada, financiamento inadequado e implementação desigual entre países. Enquanto os motores econômicos da degradação atuam de maneira integrada e acelerada, as respostas políticas seguem compartimentadas, o que reduz sua eficácia. O GEO-7 argumenta que essa desconexão institucional é um dos principais obstáculos à transformação sustentável.

A interação entre esses vetores socioeconômicos gera pressões ambientais diretas que se manifestam na forma de mudanças no uso da terra, aumento das emissões de gases de efeito estufa, poluição química generalizada, superexploração de recursos naturais e disseminação de espécies invasoras. Essas pressões alimentam simultaneamente as grandes crises planetárias — mudanças climáticas, perda de biodiversidade, degradação dos solos e poluição — criando ciclos de retroalimentação que intensificam os impactos ambientais e sociais. A principal mensagem do GEO-7 é que a degradação ambiental contemporânea é um fenômeno sistêmico,

profundamente enraizado na forma como as sociedades organizam suas economias, padrões de consumo, sistemas energéticos e modelos de governança, e que somente transformações estruturais nesses sistemas poderão reverter as trajetórias atuais de colapso ecológico.

## **1.2. Estado dos sistemas naturais e impactos socioeconômicos**

No GEO-7, o estado dos sistemas naturais é descrito como entrando em uma fase de deterioração acelerada e simultânea, na qual múltiplos limites ecológicos estão sendo ultrapassados ao mesmo tempo. O relatório evidencia que atmosfera, terras, oceanos e sistemas de água doce estão sofrendo transformações profundas impulsionadas pelas pressões humanas, com efeitos que já se manifestam de forma direta sobre economias, saúde pública, segurança alimentar e estabilidade social. Diferentemente de ciclos naturais anteriores, a velocidade e a escala dessas mudanças são sem precedentes na história recente do planeta, reduzindo a capacidade de adaptação dos ecossistemas e das sociedades.

### **1.2.1 Atmosfera e clima:**

No sistema atmosférico e climático, o GEO-7 mostra que o aquecimento global continua se intensificando em ritmo incompatível com as metas internacionais de estabilização climática. A elevação contínua da temperatura média global está associada ao aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor, secas prolongadas, enchentes extremas e tempestades severas. Paralelamente, persistem altos níveis de poluição atmosférica em áreas urbanas e industriais, com grande parte da população mundial exposta a concentrações de material particulado fino acima dos limites considerados seguros para a saúde. O relatório destaca que essa combinação de aquecimento climático e poluição do ar contribui para o aumento de doenças respiratórias, cardiovasculares, estresse térmico e mortalidade prematura, sobrecarregando sistemas de saúde, especialmente em países de baixa e média renda.

### **1.2.2. Terras e solos**

No que se refere às terras e aos solos, o GEO-7 documenta um avanço generalizado da degradação ambiental terrestre. Processos de erosão, perda de matéria orgânica, compactação dos solos e contaminação química vem reduzindo a fertilidade agrícola em diversas regiões do mundo. Ao mesmo tempo, a conversão de ecossistemas naturais para agricultura intensiva, mineração e urbanização está levando a uma perda acelerada de biodiversidade terrestre. O relatório mostra que essa combinação compromete a produtividade dos sistemas alimentares, aumenta a vulnerabilidade a secas e pragas e ameaça a segurança alimentar global. Regiões tropicais e semiáridas aparecem como particularmente afetadas, onde a degradação dos solos já está associada ao aumento da pobreza rural, deslocamentos populacionais e instabilidade econômica.

### **1.2.3. Oceanos e zonas costeiras**

Nos oceanos e zonas costeiras, o GEO-7 descreve um cenário de crescente estresse ecológico. O aquecimento das águas marinhas está provocando branqueamento de recifes de coral, alterações nas cadeias alimentares e deslocamento de espécies pesqueiras para latitudes mais frias. A acidificação dos oceanos, resultante da absorção de dióxido de carbono, compromete

organismos marinhos calcificadores, fundamentais para a estrutura dos ecossistemas marinhos. Soma-se a isso a elevação do nível do mar, que ameaça comunidades costeiras, infraestrutura portuária, zonas agrícolas litorâneas e aquíferos de água doce. A poluição por plásticos, nutrientes agrícolas e efluentes urbanos agrava ainda mais a degradação marinha, criando zonas mortas com baixo teor de oxigênio e reduzindo a produtividade pesqueira. O relatório alerta que milhões de pessoas que dependem da pesca artesanal e dos serviços costeiros já enfrentam perda de renda, insegurança alimentar e maior exposição a riscos climáticos.

#### 1.2.4. Água Doce

Nos sistemas de água doce, o GEO-7 aponta uma intensificação simultânea da escassez hídrica e da degradação da qualidade da água. Em muitas bacias hidrográficas, o aumento da demanda agrícola, industrial e urbana supera a capacidade de renovação dos recursos hídricos, levando a níveis críticos de estresse hídrico. A poluição por esgoto não tratado, resíduos industriais, mineração e agroquímicos contamina rios, lagos e aquíferos, afetando diretamente a saúde humana e os ecossistemas aquáticos. O relatório mostra ainda um declínio acentuado da biodiversidade de água doce, um dos grupos mais ameaçados globalmente, o que compromete serviços ecossistêmicos como purificação da água, regulação de cheias e sustento de comunidades ribeirinhas. Esses processos elevam os riscos de surtos de doenças de veiculação hídrica, conflitos por acesso à água e insegurança econômica em regiões dependentes desses recursos.

O GEO-7 enfatiza que a degradação desses sistemas naturais não ocorre de forma isolada, mas em interação constante, criando efeitos em cascata que ampliam os impactos socioeconômicos. O aquecimento climático intensifica secas que degradam solos e reduzem a produção agrícola; a perda de florestas afeta os ciclos hidrológicos e agrava escassez de água; a poluição compromete tanto a saúde humana quanto a produtividade dos ecossistemas. Como resultado, múltiplas dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são diretamente afetadas, incluindo erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, acesso à água potável, redução das desigualdades e cidades resilientes.

O relatório demonstra que essas transformações ambientais já estão contribuindo para o aumento da insegurança alimentar global, para a ampliação de doenças relacionadas ao clima e à poluição, para deslocamentos populacionais forçados por desastres ambientais e para o aprofundamento de desigualdades sociais. Comunidades vulneráveis — especialmente em regiões tropicais, zonas costeiras e áreas áridas — sofrem os impactos de forma desproporcional, apesar de terem contribuído menos para as pressões ambientais globais.

### 1.3. Cenários globais: continuidade versus transformação

No GEO-7, a análise de cenários ocupa um papel central para demonstrar que o futuro ambiental e socioeconômico do planeta não é inevitável, mas profundamente condicionado pelas escolhas políticas, econômicas e sociais feitas nas próximas décadas. O relatório constrói três grandes trajetórias globais — uma de continuidade das tendências atuais e duas de transformação sistêmica — com o objetivo de comparar não apenas impactos ambientais, mas também consequências econômicas, sociais e de saúde pública.

#### 1.3.1. Cenário de continuidade

O cenário de continuidade das tendências atuais, frequentemente descrito como “business as usual”, projeta a manutenção dos padrões contemporâneos de crescimento econômico, consumo material, dependência de combustíveis fósseis e expansão agrícola. Nessa trajetória, as políticas ambientais permanecem fragmentadas, os investimentos em sustentabilidade são

insuficientes e os avanços tecnológicos não conseguem compensar o aumento absoluto da demanda por recursos. O GEO-7 demonstra que, nesse contexto, as emissões globais de gases de efeito estufa continuam elevadas, levando o planeta a um aquecimento superior a 3°C até o final do século. Esse nível de aquecimento está associado a uma intensificação dramática de ondas de calor, secas prolongadas, enchentes severas e tempestades extremas, com impactos crescentes sobre infraestrutura, produção de alimentos e sistemas de saúde.

Além do colapso climático progressivo, o cenário de continuidade implica perdas massivas de biodiversidade, expansão da degradação dos solos e agravamento da poluição do ar, da água e dos oceanos. O relatório mostra que esses processos reduzem a produtividade agrícola, aumentam o estresse hídrico, ampliam riscos sanitários e geram custos econômicos crescentes, afetando desproporcionalmente populações vulneráveis. O GEO-7 enfatiza que, mesmo com crescimento econômico agregado, esse caminho produz sociedades mais instáveis, desiguais e expostas a crises recorrentes, caracterizando um desenvolvimento insustentável tanto ambiental quanto socialmente.

### 1.3.2. Cenários de transformação sistêmica

Em contraste, o relatório apresenta dois cenários de transformação sistêmica orientados para o alcance dos objetivos climáticos, ambientais e de desenvolvimento sustentável. O primeiro é o caminho de transformação focado em mudanças comportamentais e sociais. Essa trajetória pressupõe uma reconfiguração dos padrões de consumo e estilos de vida, especialmente nas economias de alta renda, com redução do uso excessivo de energia e materiais, transição para dietas mais sustentáveis, diminuição do desperdício de alimentos e fortalecimento da economia circular. O GEO-7 demonstra que essas mudanças reduzem de forma significativa a pressão sobre ecossistemas naturais, diminuem emissões de gases de efeito estufa e aumentam a eficiência no uso de recursos, ao mesmo tempo em que promovem ganhos em saúde pública, como menor incidência de doenças associadas à poluição e dietas inadequadas.

O segundo caminho de transformação é centrado em inovação tecnológica e investimentos estruturais em sustentabilidade. Esse cenário envolve a rápida descarbonização do sistema energético por meio da expansão de fontes renováveis, eletrificação de transportes e indústrias, melhorias de eficiência energética e adoção de tecnologias limpas em larga escala. Inclui ainda avanços em agricultura sustentável, infraestrutura verde, gestão inteligente de água e resíduos e restauração de ecossistemas degradados. O relatório mostra que, quando combinados com políticas públicas coerentes e financiamento adequado, esses investimentos são capazes de reduzir drasticamente emissões, conter a perda de biodiversidade e fortalecer a resiliência das sociedades frente aos impactos climáticos.

Um dos achados mais relevantes do GEO-7 é que ambos os caminhos transformadores geram benefícios econômicos líquidos de longo prazo. Embora demandem investimentos iniciais elevados, esses custos são amplamente compensados pela redução de danos climáticos, menores gastos com saúde, maior produtividade agrícola sustentável, criação de empregos verdes e diminuição de perdas associadas a desastres ambientais. O relatório destaca que os ganhos sociais e ambientais se traduzem também em maior estabilidade econômica, redução da pobreza e melhoria do bem-estar humano.

O GEO-7 enfatiza ainda que as transformações comportamentais e tecnológicas não devem ser vistas como alternativas excludentes, mas como estratégias complementares. Os maiores benefícios surgem quando mudanças nos padrões de consumo caminham simultaneamente com inovação produtiva e reformas estruturais nos sistemas econômicos e financeiros. A integração dessas abordagens permite acelerar a transição, evitar efeitos colaterais indesejados entre setores e maximizar sinergias entre clima, biodiversidade, saúde e desenvolvimento.

Em síntese, os cenários globais do GEO-7 deixam claro que a continuidade das tendências atuais conduz a um futuro de crescente instabilidade ambiental, econômica e social, com riscos sistêmicos para a civilização humana. Por outro lado, os caminhos de transformação demonstram que é possível alinhar prosperidade econômica com proteção ambiental e justiça social, desde que haja vontade política, coordenação internacional e investimentos em escala compatível com a magnitude da crise. O relatório conclui que o futuro do planeta não é determinado por limites técnicos, mas por decisões coletivas sobre como reorganizar os sistemas que sustentam as sociedades modernas.

#### 1.4. Os caminhos e as soluções

Após diagnosticar de forma detalhada as crises ambientais interconectadas e seus impactos socioeconômicos, o relatório avança para uma abordagem fortemente orientada a soluções, deixando claro que a reversão das trajetórias atuais é tecnicamente possível, economicamente viável e socialmente desejável. A principal mensagem é que respostas incrementais ou setoriais não são suficientes; o enfrentamento da crise planetária exige transformações sistêmicas simultâneas nos principais sistemas humanos que estruturam o desenvolvimento moderno: economia e finanças, energia, alimentação, materiais e resíduos, e gestão ambiental.

O relatório propõe, em primeiro lugar, uma profunda transformação dos sistemas econômicos e financeiros. O GEO-7 defende a internalização dos custos ambientais nas decisões econômicas, por meio de instrumentos como precificação de carbono, eliminação de subsídios a atividades poluentes e incentivos à produção sustentável. Além disso, sugere que o progresso deixe de ser medido exclusivamente pelo crescimento do Produto Interno Bruto, incorporando indicadores de bem-estar humano, saúde ambiental e equidade social. O redirecionamento de fluxos financeiros públicos e privados para investimentos verdes — em infraestrutura resiliente, energias renováveis, restauração de ecossistemas e inovação sustentável — é apontado como condição essencial para viabilizar a transição em escala global, especialmente em países de baixa e média renda.

No campo dos materiais, resíduos e economia circular, o GEO-7 enfatiza a necessidade de romper com o modelo linear de produção e consumo. O relatório propõe reduzir a extração de recursos naturais por meio de design sustentável, reutilização, reciclagem, reparo e extensão da vida útil dos produtos. Destaca ainda o reaproveitamento de resíduos orgânicos e industriais, a recuperação de nutrientes e minerais críticos e a criação de cadeias produtivas circulares capazes de gerar empregos e reduzir impactos ambientais. A economia circular é apresentada não apenas como estratégia ambiental, mas como motor de inovação, competitividade econômica e redução de desigualdades.

A transformação do sistema energético ocupa lugar central nas propostas do GEO-7. O relatório defende a rápida eliminação da dependência de combustíveis fósseis e a expansão em larga escala de fontes renováveis como solar, eólica, hídrica sustentável e outras tecnologias limpas. Complementarmente, propõe ganhos expressivos de eficiência energética em edifícios, transportes e indústrias, bem como a eletrificação de setores historicamente dependentes de combustíveis fósseis. Essa transição é vista como fundamental não apenas para conter as mudanças climáticas, mas também para reduzir a poluição do ar, melhorar a saúde pública e fortalecer a segurança energética.

Nos sistemas alimentares, o GEO-7 propõe uma reconfiguração profunda que combine sustentabilidade ambiental com segurança alimentar e nutrição saudável. Entre as principais estratégias estão a adoção de práticas agrícolas regenerativas, a proteção de solos e ecossistemas, a redução do uso de agroquímicos, o manejo eficiente da água e o fortalecimento de cadeias alimentares locais. O relatório enfatiza ainda a importância de reduzir drasticamente as perdas e o desperdício de

alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva, bem como de promover dietas mais sustentáveis e diversificadas, com menor impacto ambiental. Essas mudanças são apresentadas como essenciais para conter o desmatamento, reduzir emissões e garantir alimentos suficientes para uma população crescente.

No âmbito da gestão ambiental e dos ecossistemas, o GEO-7 destaca o papel das soluções baseadas na natureza como instrumentos-chave para enfrentar simultaneamente crises climáticas, perda de biodiversidade e riscos de desastres. A restauração de florestas, manguezais, zonas úmidas e solos degradados é apontada como estratégia de alto retorno ambiental e social, capaz de capturar carbono, proteger a biodiversidade, regular ciclos hidrológicos e aumentar a resiliência das comunidades. A ampliação e o fortalecimento de áreas protegidas terrestres e marinhas, aliadas a uma governança inclusiva e ao reconhecimento dos direitos de povos indígenas e comunidades locais, são vistos como pilares para a conservação de longo prazo.

O relatório também enfatiza que essas transformações técnicas só serão eficazes se acompanhadas por mudanças institucionais profundas na governança ambiental. O GEO-7 propõe maior integração entre políticas climáticas, de biodiversidade, de água, de saúde e de desenvolvimento econômico, superando a fragmentação atual dos acordos e ministérios setoriais. Destaca a importância de processos participativos, transparência, justiça ambiental e inclusão social, assegurando que a transição para a sustentabilidade não reproduza desigualdades existentes, mas gere benefícios amplos para a população.

Outro eixo central das soluções é o fortalecimento de capacidades institucionais, científicas e tecnológicas, especialmente em países em desenvolvimento. O relatório defende investimentos em educação ambiental, formação técnica, inovação local e transferência de tecnologia como elementos-chave para permitir que todas as regiões implementem soluções compatíveis com seus contextos socioeconômicos. Paralelamente, ressalta a urgência de ampliar significativamente o financiamento internacional para clima, biodiversidade, adaptação e infraestrutura sustentável.

Em síntese, o GEO-7 apresenta um conjunto coerente de caminhos de transformação que, quando implementados de forma integrada, têm potencial para reduzir drasticamente as pressões ambientais, melhorar a saúde pública, fortalecer economias resilientes e promover maior equidade social. O relatório deixa claro que a humanidade dispõe das ferramentas técnicas, do conhecimento científico e dos recursos econômicos necessários para essa transição; o principal desafio reside na mobilização política, na coordenação institucional e na priorização de investimentos em escala compatível com a gravidade da crise ambiental. A mensagem final é de urgência, mas também de possibilidade: investir agora na proteção do planeta é não apenas uma necessidade ecológica, mas uma estratégia racional para garantir prosperidade, saúde e bem-estar para as gerações presentes e futuras.

## **2. A questão da água dentro da crise planetária**

Esse cenário dialoga diretamente com o novo relatório da ONU que declara o início de uma “era de falência hídrica global”. Segundo os cientistas, muitas regiões já ultrapassaram limites reversíveis, esgotando aquíferos, degradando solos, perdendo lagos, zonas úmidas e biodiversidade de forma irreversível. Diferente da “escassez hídrica” temporária, a falência hídrica representa a perda permanente do capital natural da água, com impactos estruturais sobre segurança alimentar, saúde pública, migração e estabilidade econômica. Sistemas hídricos interconectados por comércio, clima e geopolítica tornam esse risco global, mesmo para países que ainda não colapsaram localmente.

Já o relatório [GLAAS 2025](#) da UM-Water apresenta um panorama abrangente dos sistemas de água potável, saneamento e higiene (WASH), com dados de 105 países e territórios, representando 62% da população mundial. A análise vai além da cobertura de serviços, avaliando políticas públicas, financiamento, regulação, recursos humanos, monitoramento, equidade e integração climática — fatores centrais para a sustentabilidade dos sistemas e para a proteção da saúde pública.

Embora quase 90% dos países já possuam políticas de WASH e cerca de 70% tenham planos formais para água e saneamento urbanos e rurais, persiste um grande déficit de implementação. Apenas menos de 13% afirmam dispor de recursos financeiros e humanos suficientes para executar esses planos. A fragmentação institucional agrava o problema, com 64% dos países relatando sobreposição de responsabilidades entre ministérios. Essa lacuna entre planejamento e ação compromete diretamente o controle de doenças de veiculação hídrica, como diarreias, cólera, hepatites e parasitoses, que continuam gerando milhões de casos evitáveis, sobretudo entre populações vulneráveis.

No campo do monitoramento, cerca de 75% dos países utilizam indicadores nacionais de WASH, principalmente voltados à cobertura, qualidade dos serviços e infraestrutura. No entanto, apenas 33% monitoram acessibilidade financeira e 28% acompanham equidade, o que limita a capacidade de identificar quem está ficando para trás. Apesar de 71% dos países possuírem sistemas nacionais de informação, somente 48% coletam dados sobre higiene, essencial para prevenir surtos em escolas, unidades de saúde e comunidades. A vigilância da qualidade da água também é frágil: apenas 21% dos países realizam monitoramento na frequência exigida, aumentando o risco de contaminações e impactos diretos sobre mortalidade infantil e sobrecarga dos sistemas de saúde.

O financiamento permanece como um dos principais gargalos. Os planos nacionais de WASH exigem cerca de US\$ 69 bilhões por ano, mas menos de 20% dos países dispõem de recursos suficientes para cumprir suas metas. O orçamento médio governamental é de apenas US\$ 10 por pessoa ao ano, enquanto o gasto total médio (incluindo usuários e financiamento externo) chega a US\$ 34 per capita, equivalente a 0,83% do PIB. As desigualdades são profundas: países de baixa renda gastam cerca de US\$ 12 per capita, enquanto países de alta renda investem quase US\$ 230. Além disso, 60% dos países não conseguem executar plenamente os recursos disponíveis, e as perdas de água nos sistemas chegam a 39% em média, comprometendo sustentabilidade financeira e qualidade dos serviços.

A ajuda internacional também está em retração. O financiamento externo para água e saneamento caiu de US\$ 9,4 bilhões em 2022 para US\$ 8,5 bilhões em 2023. Embora a África Subsaariana tenha aumentado sua participação nos recursos globais, a fatia destinada especificamente ao saneamento caiu de 40% em 2021 para 34% em 2023, ameaçando países altamente dependentes desse apoio para serviços básicos de saúde ambiental.

Apesar do amplo reconhecimento dos direitos humanos à água (87% dos países) e ao saneamento (83%), a equidade continua pouco financiada. Menos de 30% dos países direcionam recursos específicos para populações vulneráveis, e apenas 42% definem acessibilidade financeira como meta nacional. Políticas de higiene menstrual aparecem em 63% dos países, mas somente 25% possuem metas concretas de cobertura.

A integração entre WASH, clima e saúde vêm avançando: 80% dos países já incorporam riscos climáticos em suas políticas, e mais de 50% realizaram avaliações de risco climático recentemente. Cerca de 60% dos países solicitaram financiamento climático para WASH, com 63% de sucesso, totalizando US\$ 2,3 bilhões. A parcela da ajuda internacional voltada à

adaptação climática no setor triplicou entre 2010 e 2022, alcançando 31% dos desembolsos, refletindo o impacto crescente de secas, enchentes e eventos extremos sobre surtos de doenças hídricas, funcionamento de hospitais e resiliência dos serviços básicos.

Em conjunto, os dois relatórios revelam que, embora o mundo tenha avançado em planejamento e reconhecimento político do WASH, enfrenta uma profunda crise de implementação, marcada por subfinanciamento crônico, escassez de recursos humanos, regulação frágil, baixa priorização da equidade e pressões crescentes da mudança climática. Essas fragilidades ampliam diretamente os riscos de doenças infecciosas, desnutrição, mortalidade infantil e colapso de serviços essenciais de saúde.

Sem um aumento urgente de investimentos em sistemas de água e saneamento resilientes, equitativos e bem geridos — alinhados à nova realidade de estresse hídrico estrutural — os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os avanços em saúde global permanecem seriamente ameaçados.

### 3. Relatório da Lacuna de Adaptação 2025 – Correndo no Vazio

O [Adaptation Gap Report 2025 – Running on Empty](#) do PNUMA apresenta um diagnóstico claro e preocupante: o mundo está avançando em planejamento climático, mas está dramaticamente falhando em financiar e implementar a adaptação na escala necessária para proteger populações, sistemas de saúde e economias diante da aceleração dos impactos climáticos. O relatório demonstra que os custos da inação superam amplamente os investimentos necessários em resiliência, especialmente nos países em desenvolvimento, que concentram as maiores vulnerabilidades sociais e sanitárias.

No centro da análise está o crescente abismo financeiro da adaptação. As novas estimativas indicam que os países em desenvolvimento precisarão entre US\$ 310 e US\$ 365 bilhões por ano até 2035 para enfrentar adequadamente os riscos climáticos, enquanto os fluxos internacionais públicos atuais somaram apenas US\$ 26 bilhões em 2023. Isso significa que as necessidades são 12 a 14 vezes maiores que o financiamento disponível, gerando um déficit anual de aproximadamente US\$ 284 a US\$ 339 bilhões. Além disso, a meta do Pacto de Glasgow de dobrar o financiamento para cerca de US\$ 40 bilhões até 2025 está claramente fora de alcance, especialmente diante da redução de aportes de bancos multilaterais de desenvolvimento.

Esse descompasso financeiro ocorre justamente quando os impactos climáticos se intensificam. Eventos extremos já custaram em média US\$ 140 bilhões por ano entre 2000 e 2019, com projeções que apontam perdas globais entre US\$ 1,7 e 3,1 trilhões por ano até 2050, dependendo dos cenários de aquecimento. Esses custos incluem destruição de infraestrutura, insegurança alimentar, deslocamentos populacionais e pressão crescente sobre os sistemas de saúde, especialmente em contextos frágeis.

Apesar do cenário crítico, o relatório reconhece avanços importantes no planejamento da adaptação. Atualmente, 172 dos 197 países já possuem planos, políticas ou estratégias nacionais de adaptação. Contudo, cerca de 36 países operam com instrumentos desatualizados há mais de uma década, o que compromete sua eficácia diante de riscos climáticos cada vez mais rápidos e complexos. A integração da adaptação em políticas de desenvolvimento também avança, especialmente em Pequenos Estados Insulares (SIDS), que vêm incorporando o clima de forma transversal em estratégias nacionais.

Na dimensão da implementação, os primeiros Relatórios Bienais de Transparência (BTRs) revelam mais de 1.600 ações de adaptação reportadas globalmente. A maioria se concentra em

biodiversidade (23%), agricultura, água e infraestrutura (14–18%). No entanto, áreas críticas como saúde, redução da pobreza e meios de subsistência aparecem com níveis muito inferiores de reporte, indicando que os sistemas de saúde ainda não estão sendo priorizados proporcionalmente aos riscos enfrentados.

Mesmo quando a adaptação é implementada, o foco permanece excessivamente em produtos imediatos — como capacitações, planos de risco e sistemas de informação climática — enquanto apenas 16% das ações reportam resultados concretos (como acesso a serviços climáticos) e somente 12% evidenciam impactos reais em resiliência, como melhorias em saúde, segurança hídrica ou produção alimentar. Isso dificulta avaliar se as intervenções estão, de fato, reduzindo doenças, mortalidade e vulnerabilidades sociais.

Do ponto de vista sanitário, o relatório reforça que a adaptação é altamente custo-efetiva para proteger a saúde pública. Evidências mostram que soluções baseadas na natureza em áreas urbanas reduzem temperaturas médias em 1,1°C, o que diminui significativamente riscos de estresse térmico, internações e mortalidade associada ao calor extremo. Além disso, programas comunitários de adaptação focados em saúde vêm demonstrando melhorias mensuráveis em alfabetização térmica e redução de sintomas relacionados ao calor, fortalecendo a capacidade de resposta das populações mais expostas.

No entanto, paradoxalmente, os investimentos em adaptação voltados explicitamente à saúde continuam limitados. Dados de financiamento dos bancos multilaterais indicam que apenas 4% dos recursos de adaptação entre 2019 e 2023 foram direcionados ao setor de saúde, enquanto infraestrutura, proteção ambiental e água concentram a maior parte dos recursos. Isso evidencia um desalinhamento entre os riscos climáticos crescentes à saúde — como ondas de calor, doenças transmitidas por vetores, insegurança alimentar e crises hídricas — e as prioridades financeiras globais.

Outro ponto crítico é a qualidade dos instrumentos financeiros utilizados. Embora cerca de 70% do financiamento de adaptação seja classificado como concessional, os instrumentos de dívida já representam 58% dos fluxos totais, com crescimento preocupante de empréstimos não concessionais. Esse modelo ameaça aprisionar países vulneráveis em ciclos de endividamento agravados por desastres climáticos recorrentes — um fenômeno descrito no relatório como possível “armadilha da adaptação”.

Em relação à nova meta global de financiamento climático (NCQG), que propõe mobilizar US\$ 300 bilhões por ano até 2035, o relatório conclui que ela é estruturalmente insuficiente para cobrir as necessidades de adaptação, especialmente quando ajustada pela inflação futura (o que elevaria as demandas para até US\$ 440–520 bilhões anuais). Além disso, como essa meta engloba mitigação e adaptação juntas, sem submeta específica para resiliência, o risco é que a adaptação continue subfinanciada.

O setor privado pode contribuir, mas de forma limitada. O relatório estima que, realisticamente, ele poderia cobrir 15–20% das necessidades de adaptação, cerca de US\$ 50 bilhões por ano, concentrados principalmente em agricultura, água e infraestrutura. Hoje, no entanto, o investimento privado em adaptação gira em torno de apenas US\$ 5 bilhões anuais, exigindo políticas públicas, financiamento misto e mecanismos de redução de risco para escalar esse volume.

Em síntese, o *Adaptation Gap Report 2025* transmite uma mensagem inequívoca: o mundo já compreende os riscos climáticos e avança no planejamento, mas está falhando em financiar e implementar a adaptação em escala compatível com a crise. Esse fracasso tem consequências diretas para a saúde global, ampliando mortalidade por calor extremo, doenças infecciosas sensíveis ao clima, insegurança alimentar e colapsos locais de serviços de saúde.

Sem um salto massivo em financiamento público concessional, integração da resiliência nos sistemas financeiros e priorização explícita da saúde nas estratégias de adaptação, o custo humano e econômico das mudanças climáticas continuará crescendo exponencialmente. Investir agora em adaptação — especialmente em saúde, proteção social, água e sistemas alimentares — não é apenas uma resposta climática, mas uma das estratégias mais eficazes de desenvolvimento sustentável e proteção da vida nas próximas décadas.

#### 4. Relatório da Aon Climate and Catastrophe Insights

A articulação entre o Adaptation Gap Report 2025, do PNUMA, e o relatório [Climate and Catastrophe Insight 2026](#), da AON, revela de forma concreta como o déficit global de adaptação se traduz em perdas econômicas massivas e impactos diretos sobre a saúde e o bem-estar das populações.

A AON é uma das maiores empresas globais de gestão de riscos, seguros e resseguros, especializada em analisar perdas por desastres naturais, riscos climáticos e lacunas de proteção financeira. Por meio de sua base de dados Aon Catastrophe Insight, a empresa acompanha, há mais de duas décadas, os custos econômicos e segurados de eventos extremos no mundo, fornecendo evidências empíricas sobre como o clima já está impactando economias, infraestrutura e vidas humanas.

Enquanto o relatório do PNUMA mostra que o mundo enfrenta um déficit anual de adaptação entre US\$ 284 e 339 bilhões, o relatório da AON demonstra o custo real dessa falta de investimento em resiliência. Apenas em 2025, as perdas econômicas globais com desastres climáticos atingiram US\$ 260 bilhões, com US\$ 127 bilhões cobertos por seguros — ainda deixando mais da metade dos danos sem proteção financeira. Sendo que o relatório apenas quantifica eventos com danos acima de US\$ 1bi, ou seja, esse valor é muito maior quando considerado impactos com proporções menores. Segundo o relatório, 2025 foi um ano considerado abaixo da média histórica em número de eventos extremos (eventos com danos acima de US\$ 1bi), os prejuízos foram enormes, evidenciando como a vulnerabilidade permanece alta.

No Brasil, os desastres climáticos relacionados principalmente à seca em 2025 causaram prejuízos de US\$ 5,4 bilhões. O número representa uma queda em relação a 2024, quando os eventos extremos no país provocaram danos de US\$ 12 bilhões. Naquele ano, o montante foi impulsionado pelas enchentes no Rio Grande do Sul, cujos estragos somaram US\$ 5 bilhões. O nível de prejuízo permanece acima das médias históricas do início do século, refletindo a maior frequência de eventos extremos e a vulnerabilidade da infraestrutura urbana e do setor agrícola. O furacão Melissa, que atingiu o Caribe em outubro de 2025, gerou prejuízo de US\$ 11 bilhões, sendo US\$ 9 bilhões apenas na Jamaica. As mudanças climáticas ampliaram o poder destrutivo do fenômeno, com ventos 7% mais fortes do que o esperado em um mundo sem aquecimento global.

Os dados da AON revelam também a intensificação de riscos associados diretamente às mudanças climáticas, como incêndios florestais, tempestades severas e ondas de calor. Os incêndios na Califórnia sozinhos causaram US\$ 58 bilhões em perdas econômicas, enquanto tempestades convectivas severas geraram US\$ 61 bilhões em perdas seguradas — um dos maiores valores já registrados. Esses eventos ilustram exatamente o que o Adaptation Gap Report alerta: sem investimentos estruturais em adaptação, cada novo choque climático se transforma em crise econômica e humanitária.

Do ponto de vista da saúde, a conexão é ainda mais evidente. A AON estima que ao menos 42 mil pessoas morreram em 2025 em decorrência de desastres naturais, com destaque ondas

de calor na Europa, responsáveis por mais de 24 mil mortes em poucos meses. Esses números são bastante subestimados, visto a dificuldade de se atribuir mortes às mudanças climáticas, porém reforçam as conclusões do relatório do PNUMA de que a saúde é um dos setores mais expostos às falhas de adaptação, mas continua recebendo uma parcela mínima do financiamento climático global.

O Japão registrou impactos expressivos tanto em termos econômicos quanto de perdas humanas associados às ondas de calor extremo em 2025. Dados da Agência de Gestão de Incêndios e Desastres indicam que pelo menos 117 pessoas perderam a vida, marcando o terceiro ano consecutivo com mais de uma centena de óbitos relacionados ao calor. De forma inédita, o número de internações por insolação ultrapassou 100 mil casos. A maior parte dos episódios ocorreu nos meses de julho e agosto, quando as temperaturas máximas superaram amplamente as médias históricas. No entanto, o aumento de ocorrências já em junho e a persistência em setembro evidenciam uma ampliação do período de risco associado ao calor extremo, conforme apontam as séries históricas de longo prazo.

Outro ponto-chave é o chamado “gap de proteção”, ou seja, a parcela das perdas que não é coberta por seguros. Globalmente, mesmo no melhor patamar histórico, 51% das perdas econômicas não tiveram cobertura financeira, o que significa famílias, governos e sistemas de saúde absorvendo diretamente os impactos. Em países de renda média e baixa, essa lacuna é ainda maior — exatamente onde o Adaptation Gap Report aponta maiores vulnerabilidades sociais e sanitárias.

Em síntese, os dois relatórios se complementam de forma poderosa: o PNUMA quantifica o quanto o mundo precisaria investir para se adaptar; a AON demonstra quanto já estamos pagando todos os anos por não fazê-lo. Juntos, eles mostram que a crise climática não é um risco futuro, mas uma realidade econômica e de saúde pública em curso. Investir em adaptação — especialmente em sistemas de saúde resilientes, prevenção de desastres, infraestrutura segura e proteção social — não é apenas uma agenda ambiental, mas uma estratégia essencial para reduzir mortes, perdas econômicas e desigualdades globais nas próximas décadas.

## Conclusão

As evidências reunidas ao longo deste informe demonstram de forma inequívoca que o mundo já ingressou em uma fase de crise ambiental sistêmica, na qual mudanças climáticas, degradação dos ecossistemas, perda de biodiversidade, colapso hídrico e poluição atuam de maneira interconectada, produzindo impactos diretos e crescentes sobre a saúde pública, a economia e a estabilidade social. Os relatórios analisados convergem ao indicar que as pressões ambientais atuais não são fenômenos isolados ou temporários, mas resultados estruturais de modelos de desenvolvimento insustentáveis, marcados por consumo excessivo de recursos naturais, dependência de combustíveis fósseis, governança fragmentada e subfinanciamento crônico de soluções ambientais e sociais.

Apesar de avanços no reconhecimento político da crise e na elaboração de planos climáticos e ambientais, persiste um profundo descompasso entre a escala dos riscos enfrentados e os investimentos realizados, especialmente em adaptação e proteção da saúde. A lacuna financeira crescente, aliada à fragilidade de sistemas essenciais como água, saneamento e infraestrutura de saúde, amplia vulnerabilidades e transforma eventos climáticos extremos em crises humanitárias recorrentes. Os custos econômicos já observados — na casa das centenas de bilhões de dólares por ano — evidenciam que a inação ambiental não representa economia, mas sim um caminho de perdas contínuas e agravamento das desigualdades globais.

Ao mesmo tempo, os próprios relatórios demonstram que trajetórias alternativas são tecnicamente viáveis e economicamente vantajosas. Transformações sistêmicas nos sistemas energéticos, alimentares, financeiros e de governança ambiental, combinadas com investimentos robustos em adaptação, soluções baseadas na natureza e sistemas de saúde resilientes, podem reduzir drasticamente riscos climáticos, melhorar o bem-estar humano e promover desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Diante da aceleração das crises ambientais, a próxima década será decisiva. A escolha não se coloca entre crescimento econômico e proteção ambiental, mas entre a perpetuação de um modelo que produz colapsos sucessivos ou a construção de economias resilientes, equitativas e alinhadas aos limites planetários. Investir agora na sustentabilidade e na saúde ambiental não é apenas uma resposta à emergência climática, mas uma estratégia central para garantir prosperidade, segurança e qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.